

## Afinal, de quem é o Pré-Sal?

Anderson José Maraschin - Geólogo - CEPAC/PUCRS

21 de outubro de 2013: data agendada pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) para a 1<sup>o</sup> Rodada do Pré-Sal, onde, oficialmente, foi ofertada na forma de partilha uma área nobre da camada Pré-Sal, denominada Campo de Libra, situada na Bacia de Santos (sul da costa do Rio de Janeiro). Tratava-se do primeiro leilão de uma área do pré-sal; as demais áreas foram entregues à Petrobras por concessão ou cessão onerosa. Inicialmente, 40 petrolíferas mundiais demonstraram interesse, porém, 11 permaneceram e apenas 9 garantiram participação, mediante pagamento de um vultoso bônus. Chevron, Statoil e BP, que operam efetivamente em outras áreas no território brasileiro, decidiram não investir no então maior campo do pré-sal. Os motivos? Puramente estratégicos. Dentre eles, a motivação no investimento em outras fontes de energia e, principalmente, o desacordo com relação à mudança no marco regulatório nacional do petróleo, instituído em 2010. Resultado: uma única oferta oriunda de um único consórcio, oferecendo à União o percentual mínimo fixado no edital: repassar 41,65% do excedente de óleo extraído da produção do Campo de Libra.

As opiniões se dividiram. O governo federal considerou o leilão um sucesso; os economistas consideraram o negócio medíocre (nem bom, nem ruim); já alguns partidários foram totalmente contra o leilão, ideologicamente alegando que o Brasil entregou o ouro ao bandido.

Antecipadamente ao leilão de Libra, a preocupação em entregar parte deste tesouro nacional ao capital estrangeiro alastrou-se pelo país. Manifestantes resgataram o fato histórico ocorrido em abril de 1948, quando se defendia o monopólio estatal do petróleo e o ideal nacionalista ganhou força com a campanha "O Petróleo é Nosso", durante o governo Dutra. A intenção era barrar a participação de empresas estrangeiras na exploração do petróleo brasileiro; 65 anos depois, a campanha voltou às ruas (Figura 1). Se o objetivo na época foi alcançado com a criação da Petróleo Brasileiro S/A (hoje Petrobras), em 2013 foi diferente. No consórcio vencedor do campo, a Petrobras ficou com 40%, dividindo-o com duas gigantes do setor petrolífero: a anglo-holandesa Shell e a francesa Total, ambas com 20% cada; os outros 20% ficaram com as chinesas CNPC (China National Petroleum Corporation) e CNOOC (China National Offshore Oil Corporation). De cara, a Petrobras desembolsou R\$6 bilhões no pagamento de sua parte do bônus de assinatura. E isso é apenas parte do total a ser investido. Sendo a operadora do campo, precisa investir alto para a produção efetiva da área de Libra: cerca de R\$181,8 bilhões em pesquisa e desenvolvimento.

Parece que o intervencionismo no modelo de partilha não afugentou grandes petrolíferas, uma vez que o óleo excedente seria o responsável por afastar outras gigantes da disputa. O consórcio tem fôlego e potencialidades para superar os desafios tecnológicos e extrair a riqueza das profundezas da Bacia de Santos. A Shell Brasil, com um século de participação no mercado brasileiro de combustíveis e segunda colocada na lista da *Global Energy Company Ranking*, possui atividades em blocos de exploração na Bacia de Campos e do Espírito Santo. Diariamente produz 2% do petróleo brasileiro (40.695 barris/dia) e 0,7% do gás natural (560 Mm<sup>3</sup>). A Total (7<sup>o</sup> na lista) explora nas bacias de Campos e Foz do Amazonas, inclusive com experiência na extração de petróleo em águas ultraprofundas, na costa oeste africana. A participação da Shell e da Total mostrou que há rentabilidade possível e outras empresas poderão participar do próximo leilão, marcado para 2015.

Quanto aos chineses, tudo indica quererem garantir o suprimento de petróleo e gás natural pelos próximos anos, considerando que a China, hoje, é o segundo maior

país consumidor de energia do mundo e a demanda por energia elétrica dobrará até 2026, quando então rivalizará com os Estados Unidos como o maior consumidor de gás do planeta.

Os números de Libra impressionam: estimativas consideram reservas de 8 a 12 bilhões de barris de petróleo e 120 bilhões de m<sup>3</sup> de gás natural. No pico da produção (daqui a aproximadamente 15 anos), projeções da ANP indicam que Libra produzirá em torno de 1,4 milhão de barris/dia de petróleo (em janeiro de 2014 a produção de petróleo e gás natural no pré-sal foi de 358,8 mil barris/dia e 12,3 milhões m<sup>3</sup>/dia, respectivamente, oriunda de 27 poços). Convertendo em cifras, o total da equação da produção do Campo de Libra gerará, nos seus 35 anos de produção, algo em torno de R\$1 trilhão aos cofres públicos.

Mas, afinal, de quem é o pré-sal? O primeiro leilão (leilão onde houve uma oferta oriunda de um consórcio!) já aconteceu. Novos campos gigantes já foram descobertos. Novos leilões acontecerão. Haverá transparência na produção de Libra? Haverá uma descentralização dos investimentos ou permanecerão nos municípios do Rio de Janeiro, principalmente nas cidades localizadas próximas à bacia? (Em média, os *royalties* contribuem com participação de 12% na receita das cidades fluminenses.)

Lembrando que desde que o pré-sal começou a produzir petróleo, em 2008, cerca de 100 milhões de barris já foram extraídos das profundezas das bacias de Campos e Santos. Os recursos oriundos foram devidamente repassados aos setores básicos (educação, saúde e segurança)? E quanto aos futuros recursos? Estaria o país desperdiçando uma oportunidade única, não renovável?



Figura 1 - Histórica campanha referente ao manifesto popular "O Petróleo é Nosso": em 1948, culminando com a criação da Petróleo Brasileiro S/A e em 2013, ao longo das avenidas Ipiranga e Bento Gonçalves, em Porto Alegre. Fontes: [www.acerve.oglobo.globo.com](http://www.acerve.oglobo.globo.com) e fotos do autor.